

	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE Unidade Central de Controle Interno	Instrução Normativa	SCI-IN 05
---	---	----------------------------	--------------------------------

Assunto:

Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas durante o Procedimento Licitatório

Versão: 01	Data de elaboração: 26/07/2021	Data da aprovação: 26/08/2021	Data da vigência:
----------------------	--	---	--------------------------

Ato de aprovação: Decreto Municipal nº 12.334/2021	Unidade responsável: Unidade Central de Controle Interno
--	--

Revisada em:	Revisada por:
---------------------	----------------------

Anexos:

ANEXO I – MODELO DE NOTIFICAÇÃO I
ANEXO II – MODELO DE NOTIFICAÇÃO II
ANEXO III – MODELO DE DECISÃO I
ANEXO IV – MODELO DE DECISÃO II
ANEXO V – MODELO DE DECISÃO EM ÚLTIMA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA
ANEXO VI – FLUXOGRAMA

Aprovação:

<hr/> Carimbo e assinatura do(a) Secretário(a) da Unidade Responsável	<hr/> Carimbo e assinatura do(a) Controlador(a) Geral do Município
---	--

1. Finalidade:

Normatizar o procedimento para apuração de condutas irregulares, infrações e descumprimentos praticados por pessoas e empresas participantes durante **procedimento licitatório** no âmbito da Administração Pública Municipal, definindo critérios para aplicação de sanções administrativas quando necessárias e fixadas.

2. Abrangência:

Unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo e da Administração Indireta.

3. Base Legal e Regulamentar:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 Lei nº 8.666/1993;
 Lei nº 10.520/2002;
 Lei Orgânica do Município de Alegre.

4. Conceitos:

Apensamento – Ato de unir dois ou mais processos, sem que forme parte integrante um do outro, obrigando-os a tramitarem juntos, temporária ou definitivamente, de maneira idêntica. Sendo recomendado quando a decisão sobre uma questão exigir que sejam formalmente consideradas as informações e documentos contidos nos diversos processos apensados entre si;

Ata de Registro de Preços – ARP – Instrumento usado na contratação de bens e serviços, por meio de licitação na modalidade pregão, em que os licitantes assumem o compromisso de fornecimento a preços e prazos registrados previamente. Sendo que a contratação só é realizada quando melhor convier aos órgãos e às entidades que integram a ata;

Autoridade Competente — A quem compete autorizar a instauração de procedimento administrativo visando a apuração dos fatos ocorridos durante o procedimento licitatório, bem como aplicar ou não decisão em primeira ou segunda instância, de acordo com a natureza da sanção, nos casos previstos nos regimentos específicos;

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União (CEIS) — Relação de empresas e pessoas físicas penalizadas pela Administração Pública, com restrição de participar de licitações ou celebrar contratos administrativos com a Administração Pública;

Conduta Irregular — Ação ou omissão do Licitante que viola norma de natureza editalícia e demais legislações aplicáveis à espécie;

Defesa Prévia — É o instrumento, facultado ao Licitante, para que, participando efetivamente do processo, apresente todas as alegações e demais provas em sua defesa, viabilizando a contraposição dos argumentos apresentados em seu desfavor;

Editais — Documento que inaugura a fase externa da licitação, tornando-a pública, para que os eventuais Licitantes tenham ciência da intenção de contratação. Determinando seu objeto, as garantias, deveres de ambas as partes, os bens e serviços que pretende contratar, fixando todas as condições para cadastro, disputa e acerto de possível contrato;

Licitação — Procedimento administrativo pelo qual a Administração abre a todos os interessados a oportunidade de apresentar propostas para realização de obra ou serviço previamente indicado, sendo selecionada aquela que apresentar a proposta mais vantajosa para realização do contrato e elementos mais viáveis ao atendimento do interesse público;

Licitante — Qualquer pessoa física ou jurídica, que participa de certames promovidos pelos Órgãos da Administração Pública Municipal;

Notificação de Infração — Documento pelo qual a autoridade competente dá ciência ao Licitante sobre a prática de possível conduta irregular durante o procedimento licitatório ou que afronte as normas editalícia e legislação em vigência;

Pregão — Modalidade de licitação do tipo menor preço, para aquisição de bens e de serviços comuns, ou seja, aqueles rotineiros, usuais, sem maiores complexidade e cuja especificação é facilmente reconhecida pelo mercado, qualquer que seja o valor estimado, e a disputa é feita por propostas e lances sucessivos, em sessão pública, presencial ou eletrônica;

Pregoeiro — O pregoeiro é o operador responsável pela condução da fase externa da licitação, que vai do momento da publicação do edital até a adjudicação do objeto ao Licitante vencedor do certame;

Sanção Administrativa — Penalidade prevista em lei, no Edital, no Contrato, na Ata de Registro de Preços, aplicada pelo Órgão ou Entidade da Administração Pública no exercício da função administrativa, como consequência de um fato típico administrativo com a observância dos princípios constitucionais de contraditório e da ampla defesa, garantidos por meio do devido processo legal.

5. Competência e Responsabilidades:

Pregoeiro — Verificar o fiel cumprimento das condições estabelecidas no edital, devendo identificar possíveis condutas irregulares praticadas por Licitantes durante a fase externa do procedimento licitatório, reportando-as, protocolarmente, juntamente de todo o acervo probatório e relatórios, ao responsável pela Superintendência de Licitações e Compras — SLC para adoção das providências cabíveis;

Superintendência de Licitações e Compras — SLC — Analisar potenciais condutas irregulares apontadas pelo Pregoeiro, autorizando ou não a instauração de procedimento para apuração, decidindo, em 1ª instância, sobre eventual aplicação das sanções administrativas estabelecidas em lei, ou por seu arquivamento;

Gerência de Gestão de Documentos — GGD (Setor de Protocolo) — Receber a representação do Pregoeiro onde é indicada possível conduta irregular durante o procedimento licitatório, com a inclusa documentação,

promovendo o protocolo e autuação na forma de processo, a fim de possibilitar a tramitação dos autos nas competentes repartições afetas a análise e julgamento da matéria;

Secretaria Municipal interveniente no Edital — Revisar, em 2ª instância, as decisões de aplicação das sanções administrativas proferidas pela Superintendência de Licitações e Compras — SLC em casos de recurso apresentado por Licitante, bem como analisar potenciais condutas irregulares que ensejam a aplicação da sanção prevista no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/1993, e ainda, apreciar pedido de reconsideração de decisão que aplicou tal sanção;

Procuradoria Geral do Município — PGM — Emitir parecer jurídico sobre a lisura do procedimento, analisando a adequada observância e respeito ao rito previsto e à garantia da ampla defesa e ao contraditório;

Unidade Central de Controle Interno — UCCI — Controlar e acompanhar a execução da presente Instrução Normativa, bem como analisar o processo para atestar a observância da legislação e rito pertinentes, detectando eventuais inconsistências, emitindo parecer técnico sobre o regular desenvolvimento do procedimento, além de promover, quando for o caso, o registro do Licitante infrator no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União (CEIS).

6. Procedimentos:

6.1 — Pregoeiro

- 6.1.1 — Identifica a possível conduta irregular, baseando-se nos termos e objetivos estabelecidos no Edital;
- 6.1.2 — Elabora e instrui a representação/notificação relatando a conduta irregular que teria sido praticada pelo Licitante, indicando quais termos do Edital foram violados;
- 6.1.3 — Providencia a autuação do processo, em apartado, com os seguintes documentos:
 - 6.1.3.1 — Representação/notificação contendo o relatório inicial descrito no item 6.1.2;
 - 6.1.3.2 — Cópia do Edital;
 - 6.1.3.3 — Todos os elementos probatórios aptos a indicar a prática da irregularidade relatada.
- 6.1.4 — Encaminha toda a documentação descrita nos subitens anteriores para a Gerência de Gestão de Documentos — GGD (Setor de Protocolo);

6.2 — Gerência de Gestão de Documentos — GGD (Setor de Protocolo)

- 6.2.1 — Recebe, autua os documentos e gera número de processo para a representação apresentada pelo Pregoeiro;
- 6.2.2 — Encaminha o processo para a Superintendência de Licitações e Compras para manifestação;

6.3 — Superintendência de Licitações e Compras — SLC

- 6.3.1 — Recebe o processo e analisa se a conduta se enquadra nas hipóteses do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou nas demais punições previamente estabelecidas no Edital do certame e na Lei nº 8.666/1993;
 - 6.3.1.1 — Caso verificado que a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública apresenta-se como a mais adequada para o caso sob análise, encaminha o processo para a autoridade máxima da Secretaria Municipal interveniente no Edital descumprido;
 - 6.3.1.2 — Constatando-se que a conduta do Licitante infrator é passível de punição pelas sanções estabelecidas nos incisos I, II e III, do artigo 87, da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, autoriza a instauração do procedimento, relatando os motivos que justificam a aplicação de sanção administrativa e a sugestão da duração da penalidade, notificando o Licitante para apresentar Defesa Prévia no prazo de **5 (cinco) dias úteis**;
 - 6.3.1.3 — Se a conduta do Licitante não se afigurar como irregular, justifica tal conclusão em despacho fundamentado e encaminha ao Pregoeiro para arquivamento do feito;
- 6.3.2 — Expirado o prazo previsto no item 6.3.1.2, com ou sem apresentação de Defesa Prévia, encaminha o processo para a Procuradoria Geral do Município;

6.4 — Secretaria Municipal interveniente no Edital

- 6.4.1 — Na hipótese do item 6.3.1.1, recebe o processo e verifica se a conduta praticada pelo Licitante é

~~efetivamente merecedora de punição com a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;~~

~~6.4.1.1 — Concluindo-se que a sanção mencionada no item anterior apresenta-se como a mais adequada, autoriza a instauração do procedimento, relatando os motivos que justificariam a incidência da sanção administrativa e a sugestão da duração da penalidade, notificando o Licitante para apresentar Defesa Prévia no prazo de **10 (dez) dias úteis**;~~

~~6.4.1.2 — Entendendo que a conduta do Licitante se afigura como irregular, porém, não passível de punição com a Declaração de Inidoneidade, encaminha o processo para a Superintendência de Licitações e Compras — SLC prosseguir com a apuração e eventual aplicação de sanção diversa da mais rigorosa;~~

~~6.4.1.3 — Detectando que a conduta do Licitante não se afigura sequer como irregular, justifica tal conclusão em despacho fundamentado e encaminha ao Pregoeiro para arquivamento do feito;~~

~~6.4.2 — Expirado o prazo previsto no item 6.4.1.1, com ou sem apresentação de Defesa Prévia, encaminha o processo para a Procuradoria Geral do Município;~~

6.5 — Procuradoria Geral do Município — PGM

~~6.5.1 — Após as remessas delineadas nos itens 6.3.2 e 6.4.2, recebe o processo e emite parecer jurídico sobre a lisura do procedimento, analisando a adequada observância e respeito ao rito previsto e à garantia da ampla defesa e ao contraditório;~~

~~6.5.2 — Devolve o processo para a Superintendência de Licitações e Compras — SLC, no caso do item 6.3.2;~~

~~6.5.3 — Devolve o processo para a Secretaria Municipal interveniente no Edital, no caso do item 6.4.2;~~

6.6 — Superintendência de Licitações e Compras — SLC

~~6.6.1 — Recebe o processo, conforme remessa descrita no item 6.5.2 e, com base na Defesa Prévia apresentada e no parecer jurídico da PGM, exerce análise sobre a possibilidade acatamento da defesa e arquivamento do feito;~~

~~6.6.1.1 — Caso entenda pelo arquivamento do processo, remetê-lo-á para o Pregoeiro para efetivação do referido arquivamento, notificando o Licitante sobre tal decisão;~~

~~6.6.1.2 — Caso não entenda pelo arquivamento, proferirá decisão com a exposição de motivos para o não acolhimento da Defesa Prévia apresentada pelo Licitante, bem como indicando a sanção administrativa a ser aplicada e o período de duração da mesma, caso necessário;~~

~~6.6.2 — Notifica o Licitante da decisão, mencionando expressamente que fica resguardado o **direito de recurso** no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, à contar da intimação do ato;~~

~~6.6.3 — Com a apresentação de recurso, encaminha o processo para a Secretaria Municipal interveniente no Edital para apreciação em 2ª instância;~~

~~6.6.4 — Não apresentado recurso no prazo estipulado, ou apresentado fora do prazo permitido, publicará, no Diário Oficial, a decisão aplicando a sanção administrativa no Licitante, encaminhando o processo para a Unidade Central de Controle Interno — UCCI;~~

6.7 — Secretaria Municipal interveniente no Edital

~~6.7.1 — No caso da remessa prevista no item 6.5.3:~~

~~6.7.1.1 — Recebe o processo e, com base na Defesa Prévia apresentada e no parecer jurídico da PGM, exerce análise sobre a possibilidade acatamento da defesa e arquivamento do feito;~~

~~6.7.1.1.1 — Caso entenda pelo arquivamento do processo, remetê-lo-á para o Pregoeiro para efetivação do referido arquivamento, notificando o Licitante sobre tal decisão;~~

~~6.7.1.1.2 — Caso não entenda pelo arquivamento, proferirá decisão com a exposição de motivos para o não acolhimento da Defesa Prévia apresentada pelo Licitante, aplicando a sanção administrativa de Declaração de Inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública, delimitando o período de duração de tal sanção;~~

~~6.7.1.2 — Notifica o Licitante da decisão, mencionando expressamente que fica resguardado o direito de o mesmo apresentar **pedido de reconsideração** da decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, à contar da intimação do ato;~~

~~6.7.1.2.1 — Apresentado o pedido de reconsideração, a autoridade máxima da Secretaria em questão analisará se acatará o pedido e modificará a decisão;~~

~~6.7.1.2.1.1 — Modificando a decisão e entendendo pelo arquivamento, observará o disposto no item 6.7.1.1.1;~~

~~6.7.1.2.1.2 — Modificando a decisão e entendendo pela aplicação de penalidade diversa da Declaração de Inidoneidade, observará o estabelecido no item 6.4.1.2;~~

~~6.7.1.2.1.3 – Entendendo por manter a decisão, proferirá nova decisão com a exposição de motivos para o não acolhimento do pedido, notificando o Licitante do indeferimento, encaminhando o processo para a Unidade Central de Controle Interno – UCCI;~~

~~6.7.1.3 – Não apresentado pedido de reconsideração no prazo estipulado, ou apresentado fora do prazo permitido, publicará, no Diário Oficial, a decisão aplicando a sanção administrativa no Licitante, encaminhando o processo para a Unidade Central de Controle Interno – UCCI;~~

~~6.7.2 – No caso da remessa prevista no item 6.6.3:~~

~~6.7.2.1 – Recebe o processo e, com base nas razões do recurso interposto, efetua análise sobre a possibilidade acatamento do pedido formulado no supradito recurso;~~

~~6.7.2.1.1 – Entendendo que o recurso apresentado merece prosperar, proferirá decisão com a exposição de motivos para tanto, bem como encaminhará o processo para arquivamento, nos termos previstos no item 6.7.1.1.1;~~

~~6.7.2.1.2 – Entendendo que o recurso apresentado não merece acolhimento, proferirá decisão com a exposição de motivos para o não acolhimento do recurso, notificando o Licitante do indeferimento, publicando, no Diário Oficial, a decisão aplicando a sanção administrativa no Licitante, encaminhando o processo para a Unidade Central de Controle Interno – UCCI;~~

~~6.8 – Unidade Central de Controle Interno – UCCI~~

~~6.8.1 – Recebe o processo, seja pelo encaminhamento previsto no item 6.6.4, 6.7.1.2.1.3 ou 6.7.2.1.2, analisa o procedimento, a fim de verificar se todos os quesitos da legislação e os ritos previstos foram devidamente atendidos;~~

~~6.8.2 – Registra o Licitante no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e/ou Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS;~~

~~6.8.3 – Encaminha o processo ao Pregoeiro para arquivamento permanente do feito.~~

~~7. Considerações Finais:~~

~~7.1 – A notificação para apresentação de defesa prévia, bem como para intimação das decisões, se darão por meio eletrônico, correspondência com Aviso de Recebimento e publicação no Diário Oficial, conforme modelos disponibilizados nos Anexos I, II e VI da presente Instrução Normativa;~~

~~7.2 – Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~DECISÃO nº xx/xxxx~~

~~Interessado: (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio)~~

~~01. Versa o presente expediente sobre instauração de Processo Administrativo nº xxxxx/xxxx, com vistas a apurar conduta violadora de item previsto no Edital nº xxxx, em face de (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio), cujo objeto faz referência a contratação de empresa para execução de (xxxx)~~

~~02. (expor os fatos)~~

~~03- Desta feita, a Licitante inobservou os termos da cláusula editalícia, uma vez que o supradito Edital disciplina em item ou cláusula (xxx) que: "xx"~~

~~04. Assim, este órgão, por meio do Ofício nº xxx/xxxx/SLC datado de xx de xxxx de xxxx, notificou (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio) da instauração do Processo Administrativo para apuração de responsabilidade, concedendo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme resguarda a Constituição da República Federativa do Brasil, para manifestar-se por meio de razões de defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.~~

05. Em data de xx de xxx do corrente ano, (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio) protocolou tempestivamente junto a este órgão, suas razões de defesa, na qual alegou a seu favor que: "xxxxxxxxxxxxxx".

~~Este é o relatório. Decido.~~

07. Tendo em vista a conduta do infrator se amoldar perfeitamente ao disposto no inciso (informar inciso), do artigo xx, da Lei nº xx.xxx/xxxx, caracterizando, assim, a flagrante violação dos termos e objetivos do Edital do certame, a punição do Licitante é medida que se impõe. *(discorrer sobre o enquadramento da conduta do Licitante nas infrações previstas nas leis que balizaram a realização do certame)*

~~08. Por todo o exposto, diante das razões apresentadas na Defesa Prévia, **DECIDO** (com base em xxxxx), (indicar a penalidade imposta ao Licitante, bem como o período de duração de seus efeitos, exceto nos casos de advertência e multa).~~

~~09. Desta feita, intime-se (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio) da decisão prolatada, facultando-lhe o direito de apresentar suas razões recursais no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação desta decisão, restando caracterizado o direito ao contraditório e ampla defesa, previstos no art. 5º inciso LV da Constituição Federativa do Brasil.~~

~~Alegre/ES, xx de xxxxx de xxxx~~

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
Superintendente de Licitações e Compras

~~DECISÃO nº xx/xxxx~~

~~Interessado: (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio)~~

~~01. Versa o presente expediente sobre instauração de Processo Administrativo nº xxxxx/xxxx, com vistas a apurar conduta violadora de item previsto no Edital nº xxxx, em face de (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio), cujo objeto faz referência a contratação de empresa para execução de (xxxx)~~

~~02. (expor os fatos)~~

~~03- Desta feita, a Licitante inobservou os termos da cláusula editalícia, uma vez que o aludido Edital disciplina em item ou cláusula (xxx) que: "xx"~~

~~04. Assim, este órgão, por meio do Ofício nº xxx/xxxx/XXX datado de xx de xxxx de xxxx, notificou (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio) da instauração do Processo Administrativo para apuração de responsabilidade, concedendo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme resguarda a Constituição da República Federativa do Brasil, para manifestar-se por meio de razões de defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis.~~

~~05. Em data de xx de xxx do corrente ano, (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio) protocolou tempestivamente junto a este órgão, suas razões de defesa, na qual alegou a seu favor que: "xxxxxxxxxxxxxx".~~

~~II - Fundamentação~~

07. Tendo em vista a conduta do infrator se amoldar perfeitamente ao disposto no inciso (informar inciso), do artigo xx, da Lei nº xx.xxx/xxxx, caracterizando, assim, a flagrante violação dos termos e objetivos do Edital do certame, a punição do Licitante é medida que se impõe. *(discorrer sobre o enquadramento da conduta do Licitante nas infrações previstas nas leis que balizaram a realização do certame)*

~~III - Dispositive~~

08. Por todo o exposto, diante das razões apresentadas na Defesa Prévia, DECIDO, com base no artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, aplicar a sanção administrativa de Declaração de Inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da referida punição ou até que seja promovida a reabilitação perante este órgão com o competente ressarcimento à Administração pelos prejuízos decorrentes da conduta irregular praticada.

~~09. Desta feita, intime-se (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio) da decisão prolatada, facultando-lhe o direito de apresentar suas razões recursais no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação desta decisão, restando caracterizado o direito ao contraditório e ampla defesa, previstos no art. 5º inciso LV da Constituição Federativa do Brasil.~~

~~Alegre/ES, xx de xxxxx de xxxx~~

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
Secretário Executivo de xxxxxxxxxxxxxxxx

~~DECISÃO nº xx/xxxx~~

ANEXO VI – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
Estado do Espírito Santo
Superintendência de Licitações e Compras

Ofício nº xxx/xxxx/SLC

Ao Sr(a) Licitante
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assunto: Notificação de Apuração de Responsabilidade no Procedimento Licitatório/ Processo Administrativo nº xxx/xxxx / Edital nº xxx

Senhor(a) Representante legal,

A par de cumprimentá-lo, venho **NOTIFICAR** o Licitante (nome da pessoa física, jurídica ou consórcio), devidamente qualificado nos autos em epígrafe, na pessoa de Vossa Senhoria, da decisão proferida no processo de apuração de responsabilidade por conduta irregular praticada durante a realização de procedimento licitatório consagrado pelo Edital nº xxx/xxxx, o qual

(i) aplicou a penalidade de xxxxxxxxxxxxxxxx, tendo em vista flagrante violação dos termos e objetivos do Edital do certame

(ii) determinou o arquivamento dos autos, vez que não restou identificada qualquer prática de conduta irregular por parte do Licitante

conforme decisão fundamentada anexa ao presente ofício.

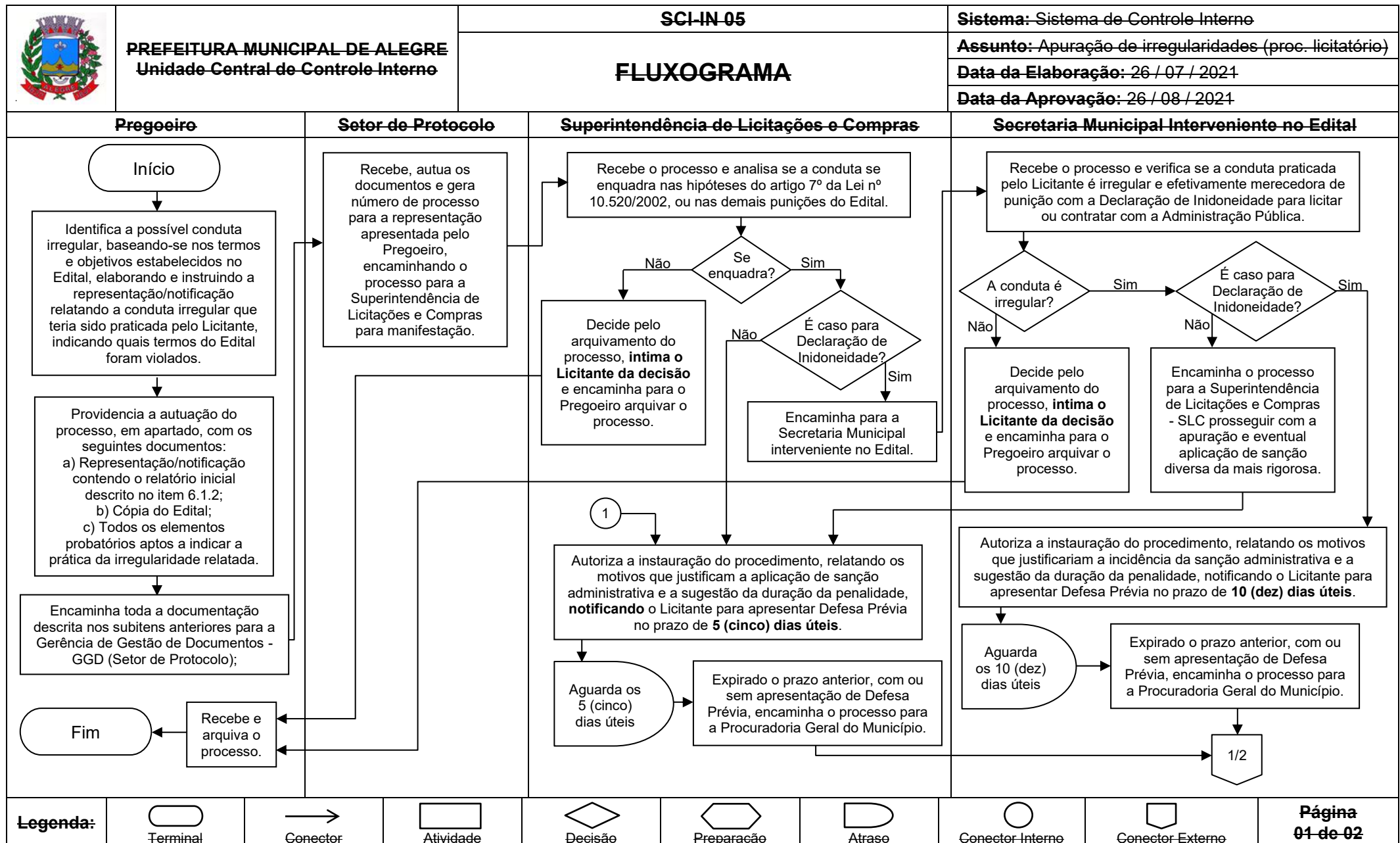
Não obstante a presente informação, destaca-se que o processo se encontra à disposição do interessado para eventuais consultas.

Atenciosamente,

Alegre/ES, xx de xxxxx de xxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Superintendente de Licitações e Compras

ANEXO VI – FLUXOGRAMA





~~FLUXOGRAMA~~

Assunto: ~~Apuração de irregularidades (proc. licitatório)~~

Data da Elaboração: 26 / 07 / 2021

Data da Aprovação: 26 / 08 / 2021

